

# O LIVRO DE URANTIA

---

Pág. 783

---

## DOCUMENTO 70

### A EVOLUÇÃO DO GOVERNO HUMANO

Tão logo resolveu parcialmente o problema da sua subsistência, o homem defrontou-se com a tarefa de regulamentar as relações humanas. O desenvolvimento das atividades organizadas requeria leis, ordem e ajustamentos sociais; a propriedade privada requeria uma administração.

Num mundo evolucionário, os antagonismos são naturais; a paz é assegurada apenas por alguma espécie de sistema social regulador. Uma regulamentação social é inseparável de uma organização social; a associação implica alguma autoridade controladora. Um governo obriga uma coordenação dos antagonismos das tribos, dos clãs, das famílias e dos indivíduos.

O governo é um desenvolvimento inconsciente; ele evolui por meio de tentativas e de erros. De fato, tem um valor para a sobrevivência; e por isso ele torna-se tradicional. A anarquia aumentou a miséria; e, conseqüentemente, o governo, a lei relativa e a ordem gradualmente emergiram ou estão emergindo. As demandas coercitivas na luta pela existência conduziram literalmente a raça humana por um caminho progressivo até a civilização.

#### 1. A GÊNESE DA GUERRA

A guerra é um estado natural e uma herança do homem em evolução; a paz é o padrão social que mede o avanço da civilização. Antes da socialização parcial das raças em avanço, o homem era excessivamente individualista, extremamente desconfiado, e inacreditavelmente briguento. A violência é a lei da natureza, a hostilidade, a reação

automática dos filhos da natureza, enquanto a guerra não é senão essas mesmas atividades praticadas coletivamente. E, no momento em que o tecido da civilização receber a pressão das complicações do avanço da sociedade, e onde isso acontecer, haverá sempre um retrocesso imediato, nocivo àqueles métodos iniciais de ajuste violento das irritações provenientes das interassociações humanas.

A guerra é uma reação animalesca aos desentendimentos e às irritações; a paz acompanha a solução civilizada de todos esses problemas e dificuldades. As raças sanguíneas, junto com as adamitas, posteriormente deterioradas, e as noditas eram todas beligerantes. Aos andonitas muito cedo foi ensinada a regra de ouro e, ainda hoje, os seus descendentes esquimós vivem em boa medida segundo esse código; o costume é forte entre eles, e estão razoavelmente livres de antagonismos violentos.

Andon ensinou aos seus filhos a decidirem as disputas cada um batendo em uma árvore com um bastão, ao mesmo tempo maldizendo a árvore: aquele que quebrasse o seu bastão primeiro era o vitorioso. Os andonitas posteriores decidiam as suas disputas fazendo um espetáculo público, no qual os disputantes zombavam uns dos outros e ridicularizavam-se mutuamente, enquanto a audiência apontava o vencedor por aclamação.

Mas um fenômeno tal como a guerra não poderia existir antes que a sociedade houvesse evoluído o suficiente a ponto de experimentar, de fato, os períodos de paz e sancionar as práticas belicosas. O próprio conceito de guerra implica algum grau de organização.

---

Pág. 784

---

Com a emergência dos agrupamentos sociais, as irritações individuais começaram a ficar submersas nos sentimentos grupais, e isso promoveu a tranqüilidade intertribal, às custas, contudo, da paz intertribal. A paz, assim, inicialmente, foi desfrutada dentro do grupo, ou da tribo, que sempre detestava, odiava mesmo, os de fora do grupo ou estrangeiros. O homem primitivo considerava uma virtude derramar o sangue estrangeiro.

Todavia, mesmo isso não funcionou a princípio. Quando os primeiros chefes tentaram resolver os desentendimentos, freqüentemente julgavam necessário, ao menos uma vez por ano, permitir as lutas de pedradas dentro da tribo. O clã dividia-se em dois grupos e tinha início uma batalha que durava todo um dia. E isso, por nenhuma outra razão, a não ser pelo divertimento proporcionado; eles realmente gostavam de lutar.

A guerra perdura, porque o homem evoluiu do animal, tornando-se humano, e todos os animais são belicosos. Entre as causas primitivas da guerra estão:

1. *A fome*, que leva a surtidas em busca de alimento. A escassez de terras tem sempre trazido a guerra e, durante essas lutas, as primeiras tribos pacíficas praticamente foram exterminadas.
2. *A escassez de mulheres* – uma tentativa de aliviar a falta de ajuda doméstica. O rapto de mulheres tem sempre sido uma causa de guerra.
3. *A vaidade* – o desejo de exibir a bravura tribal. Grupos superiores lutavam para impor o seu modo de vida aos povos inferiores.
4. *Os escravos* – a necessidade de recrutas para as fileiras de trabalho.
5. *A vingança* era motivo de guerra quando uma tribo acreditava que outra tribo vizinha houvesse causado a morte de um companheiro de tribo. O luto continuava até que uma cabeça era trazida para a tribo. A guerra pela vingança foi considerada justificada, até uma época relativamente moderna.
6. *A recreação* – a guerra era encarada como uma recreação pelos jovens dessas épocas primitivas. Se não havia nenhum pretexto bom e suficiente para que a guerra surgisse, quando a paz se tornava opressiva, tribos vizinhas costumavam entrar em combates semi-amistosos, em escaramuças, como folgedos, para desfrutarem de um simulacro de batalha.
7. *A religião* – o desejo de fazer conversões para o próprio culto. As religiões primitivas, todas, aprovavam a guerra. Apenas em tempos recentes a religião começou a reprovar a guerra. Infelizmente, os sacerdócios primitivos, em geral, eram aliados do poder militar. Com o passar do tempo, um grande passo na direção da paz foi o esforço para se separar a igreja do estado.

Essas antigas tribos faziam sempre a guerra sob a ordem dos seus deuses, sob o comando dos seus chefes ou dos seus xamãs. Os hebreus acreditavam num “Deus das batalhas”; e a narrativa do seu ataque aos midianitas é um recital das crueldades atrozes das antigas guerras tribais; esse ataque, com a matança de todos os homens e a posterior matança de todas as crianças do sexo masculino e de todas as mulheres que não eram virgens, teria feito honra às tradições de um chefe tribal de duzentos mil anos atrás. E tudo isso foi executado em “nome do Senhor Deus de Israel”.

E essa é uma narrativa da evolução da sociedade – a solução natural dos problemas das raças –, o homem elaborando o seu próprio destino na Terra. Tais atrocidades não são instigadas pela Deidade, não obstante haver uma tendência do homem de jogar a responsabilidade sobre os seus deuses.

A misericórdia militar tem sido lenta para alcançar a humanidade. Mesmo quando uma mulher, Débora, governou os hebreus, a mesma crueldade global persistiu. O seu general,

na vitória sobre os gentios, fez “todas as tropas caírem sob a espada; não sobrou ninguém”.

Muito cedo, na história dessa raça, as armas envenenadas eram usadas. Todas as espécies de mutilações eram praticadas. Saul não hesitou em exigir cem prepúcios de filisteus, como o dote que Davi devia pagar pela sua filha Mical.

As guerras primitivas eram lutadas entre as tribos como um todo, mas, em épocas posteriores, quando dois indivíduos de tribos diferentes tinham uma disputa, em vez de ambas as tribos lutarem, os dois disputantes entravam em um duelo. Tornou-se hábito também que dois exércitos decidissem tudo pelo resultado de uma disputa entre um representante escolhido de cada lado, como no exemplo de Davi e Golias.

O primeiro refinamento da guerra foi a captura de prisioneiros. Em seguida, as mulheres passaram a ser eximidas das hostilidades, e depois veio o reconhecimento dos não-combatentes. As castas militares e os exércitos permanentes logo se desenvolveram, para marcharem de acordo com a crescente complexidade do combate. Esses guerreiros eram proibidos de entrar em contato com mulheres, e estas, havia muito, tinham já deixado de combater, embora houvessem sempre alimentado e cuidado dos soldados e exortassem-nos à batalha.

A prática de declarar guerra representou um grande progresso. Essas declarações de intenção de luta indicavam a consciência do senso de equidade, e a isso se seguiu o desenvolvimento gradual das regras do guerrear “civilizado”. Muito cedo se tornou costume não lutar perto de locais religiosos e, um pouco mais tarde, não combater em certos dias santos. Em seguida, veio o reconhecimento geral do direito de asilo; os fugitivos políticos receberam proteção.

Assim, a guerra evoluiu gradualmente, da caçada primitiva ao homem, até o sistema, de um certo modo mais ordeiro, das nações “civilizadas” posteriores. Contudo, apenas lentamente a atitude social da amizade substituiu a inimizade.

## **2. O VALOR SOCIAL DA GUERRA**

Nas idades passadas, uma guerra feroz instituiria mudanças sociais e facilitaria a adoção de idéias novas que, naturalmente, não teriam ocorrido em dez mil anos. O preço terrível, pago por algumas dessas vantagens vindas com as guerras era que a sociedade retrocedesse temporariamente à selvageria; tinha-se de abdicar da razão civilizada. A guerra é um remédio poderoso, de custo muito alto e muito perigoso; ainda que freqüentemente cure algumas desordens sociais, muitas vezes mata o paciente e destrói a sociedade.

A necessidade constante da defesa nacional cria muitos ajustamentos sociais novos e avançados. A sociedade, hoje, desfruta do benefício de uma longa lista de inovações úteis que, a princípio, eram exclusivamente militares; e a sociedade deve à guerra, até mesmo a dança, uma das formas primitivas de exercício militar.

A guerra tem tido um valor social para as civilizações passadas, porque ela:

1. Impunha a disciplina e forçava a cooperação.
2. Premiava a firmeza e a coragem.
3. Fomentava e solidificava o nacionalismo.
4. Destruía os povos fracos e inaptos.
5. Dissolvia a ilusão da igualdade primitiva e estratificava seletivamente a sociedade.

A guerra teve um certo valor evolucionário e seletivo; contudo, como a escravidão, deverá, em algum momento, ser abandonada, à medida que a civilização avança lentamente. As guerras de antigamente promoviam as viagens e o intercâmbio cultural; essas metas estão agora mais bem cumpridas pelos

---

Pág. 786

---

métodos modernos de transporte e de comunicação. As guerras de outrora fortaleciam as nações, mas as lutas modernas alquebram a cultura civilizada. As guerras antigas resultavam na dizimação dos povos inferiores; o resultado líquido do conflito moderno é a destruição seletiva das melhores cepas humanas. As guerras primitivas promoviam a organização e a eficiência, mas agora esta se tornou mais uma das metas da indústria moderna. Durante as idades passadas, a guerra era um fermento social, que impulsionava a civilização para a frente; esse resultado agora é mais bem alcançado pela ambição e pela invenção. A arte da guerra antiga sustentava o conceito de um Deus das batalhas, no entanto, para o homem moderno, foi dito que Deus é amor. A guerra serviu a muitos propósitos valiosos no passado, tem sido um andaime indispensável na construção da civilização, mas está tornando-se, rapidamente, a bancarrota cultural – incapaz de produzir dividendos, de algum ganho social, comensurável, sob qualquer ponto de vista, em comparação com as perdas terríveis que vêm junto.

No passado, os médicos acreditaram na sangria como uma cura para muitas doenças; entretanto, depois, descobriram remédios melhores para a maioria daquelas desordens. E,

desse modo, deve a sangria internacional da guerra certamente dar lugar à descoberta de métodos melhores para curar os males das nações.

As nações de Urântia entraram já na luta gigantesca do militarismo nacionalista contra o industrialismo e, de muitos modos, esse conflito é análogo à luta das idades, entre os pastores-caçadores e os agricultores. Se, porém, o industrialismo quiser triunfar sobre o militarismo, então deve evitar os perigos que o envolvem. Os perigos da indústria florescente, em Urântia, são:

1. A forte tendência ao materialismo, a cegueira espiritual.
2. A adoração do poder da riqueza, a distorção dos valores.
3. Os vícios vindos do luxo, a imaturidade cultural.
4. Os perigos crescentes da indolência, a insensibilidade ao senso do servir.
5. O crescimento de uma frouxidão racial indesejável, a deterioração biológica.
6. A ameaça da escravidão industrial padronizada, a estagnação da personalidade; pois se o trabalho é enobrecedor, a lida enfadonha é entorpecedora.

O militarismo é autocrático e cruel – selvagem. Promove a organização social entre os conquistadores, mas desintegra os vencidos. O industrialismo é mais civilizado e deveria ser praticado de modo a promover a iniciativa e encorajar o individualismo. A sociedade deveria, de todos os modos possíveis, fomentar a originalidade.

Não cometais o erro de glorificar a guerra; deveis, antes, discernir o que ela fez à sociedade, de modo tal que possais visualizar, com mais precisão, o que os seus substitutos devem prover, no fito de continuar o avanço da civilização. E, se esses substitutos adequados não forem providos, então vós podeis estar certos de que a guerra irá continuar ainda por muito tempo.

O homem nunca aceitará a paz como um modo normal de vida, antes que tenha sido convencido, profunda e repetidamente, de que a paz é melhor para o seu bem-estar material e até que a sociedade tenha provido, com sabedoria, os substitutos pacíficos, para a gratificação daquela tendência inerente de periodicamente soltar o impulso coletivo destinado a liberar as emoções e as energias que sempre se acumulam, próprias das reações de autopreservação da espécie humana.

Mesmo tendo fim, a guerra deveria, contudo, ser honrada como a escola da experiência que levou uma raça de individualistas arrogantes a submeter-se a uma autoridade altamente concentrada – o dirigente executivo. A guerra à antiga selecionava, para a liderança, os

homens inatamente grandes, mas a guerra moderna não faz mais isso. Para descobrir líderes, a sociedade deve agora se voltar para as conquistas da paz: a indústria, a ciência e a realização social.

---

Pág. 787

---

### 3. AS ASSOCIAÇÕES HUMANAS INICIAIS

Numa sociedade mais primitiva a *horda* é tudo; até mesmo as crianças são uma propriedade comum dela. A família em evolução tomou o lugar da horda na educação das crianças, enquanto os clãs e as tribos emergentes substituíram a horda como uma unidade social.

O instinto sexual e o amor materno instauraram a família. Mas o verdadeiro governo surge só quando os grupos das superfamílias começam a formar-se. Nos dias da pré-família, na horda, a liderança era provida por indivíduos informalmente escolhidos. Os bosquímanos da África nunca progrediram além desse estágio primitivo; eles não têm chefes na horda.

As famílias tornaram-se unidas pelos laços de sangue dentro dos clãs, são as agregações de parentes; e os clãs, subseqüentemente, evoluíram, resultando nas tribos, as comunidades territoriais. A guerra e a pressão externa forçaram os clãs de parentesco à organização tribal, mas foram o comércio e o intercâmbio que mantiveram esses grupos primitivos juntos e com algum grau de paz interna.

A paz em Urântia será promovida muito mais pelas organizações de comércio internacional do que pelos sofismas sentimentais de um planejamento visionário de paz. As relações de comércio têm sido facilitadas pelo desenvolvimento da língua e pelos melhores métodos de comunicação, bem como por melhores meios de transporte.

A ausência de uma linguagem comum tem sempre impedido o crescimento de grupos de paz, conquanto o dinheiro se tenha tornado a língua universal do comércio moderno. A sociedade moderna é mantida coesa, em grande parte, pelo mercado internacional. A motivação do ganho é um fator civilizador poderoso, quando potencializado pelo desejo de servir.

Nas idades primitivas, cada tribo era cercada por círculos concêntricos de medo e suspeita crescentes; e, por esse motivo, em épocas passadas, era costume matar todos os desconhecidos e, mais tarde ainda, a tribo passou a escravizá-los. A velha idéia da amizade significava a adoção, pelo clã; e, ser membro do clã, significava a sobrevivência à morte – um dos conceitos mais antigos de vida eterna.

A cerimônia de adoção consistia em beber-se o sangue um do outro. Em alguns grupos, a saliva era trocada em lugar de se beber o sangue, sendo esta a origem antiga da prática social do beijo. E todas as cerimônias de associação, fossem casamento ou adoção, sempre terminavam em festins.

Ulteriormente, usava-se o sangue diluído em vinho tinto e, finalmente, apenas esse vinho era bebido, para selar a cerimônia de adoção, que ficava implícita no tilintar dos copos de vinho e que era consumada quando a bebida era engolida. Os hebreus tinham uma forma modificada dessa cerimônia de adoção. Os seus ancestrais árabes fizeram uso do juramento feito com a mão do candidato repousada sobre o órgão genital do nativo da tribo. Os hebreus tratavam os estrangeiros adotados com amabilidade e fraternidade. “O estranho que mora convosco será como aquele que nasceu entre vós, e vós o amareis como a vós próprios.”

A “amizade ao hóspede” era uma relação de hospitalidade temporária. Quando os hóspedes convidados partiam, um prato seria quebrado pela metade, um pedaço era dado ao amigo que partia e, desse modo, podia servir de apresentação apropriada para um terceiro conviva que poderia chegar em uma visita posterior. Era costume os hóspedes pagarem a sua estada contando histórias das suas viagens e aventuras. Os contadores de histórias dos tempos antigos tornaram-se tão populares que as tradições finalmente proibiram que eles exercessem os seus talentos, tanto nas estações da caça, quanto nas das colheitas.

---

Pág. 788

---

Os primeiros tratados de paz foram os “laços de sangue”. Os embaixadores da paz de duas tribos em guerra encontrar-se-iam, prestariam as suas homenagens de honra e, então, começariam a dar picadas na pele, até que sangrassem, depois do que eles engoliriam o sangue um do outro e assim declaravam a paz.

As mais antigas missões de paz consistiam em delegações de homens que traziam as suas mais seletas donzelas para a gratificação sexual dos seus ex-inimigos, o desejo sexual sendo usado para combater o impulso da guerra. A tribo, assim honrada, fazia uma visita de volta, oferecendo as suas donzelas; depois do que, a paz estaria firmemente estabelecida. E logo os casamentos entre as famílias dos chefes eram aprovados.

#### **4. OS CLÃS E AS TRIBOS**

O primeiro grupo pacífico foi a família, depois o clã, a tribo e, com o tempo, a nação, a qual finalmente tornou-se o estado territorial moderno. O fato de que os grupos pacíficos atuais se hajam expandido, há muito, além dos laços de sangue, abrangendo nações, é bastante

encorajador, a despeito do fato de que as nações de Urântia estejam ainda despendendo vastas somas na preparação de guerras.

Os clãs eram grupos unidos pelo sangue, dentro da tribo, e deviam a sua existência a alguns interesses comuns, tais como:

1. A sua origem, podendo ser traçada até um ancestral em comum.
2. A fidelidade a um mesmo totem religioso.
3. O uso de um mesmo dialeto.
4. O compartilhar de um mesmo habitat.
5. O temor aos mesmos inimigos.
6. O fato de terem tido uma experiência militar em comum.

Os chefes dos clãs eram sempre subordinados ao chefe tribal, e os governos tribais primitivos eram uma vaga confederação de clãs. Os australianos nativos nunca desenvolveram uma forma tribal de governo.

Os chefes pacíficos dos clãs, usualmente, governavam por meio da linhagem materna; os chefes tribais guerreiros estabeleciam a linha do pai. As cortes dos chefes tribais e dos primeiros reis consistiam nos chefes dos clãs, e era costume, várias vezes por ano, que eles fossem convidados à presença do rei. Isso o capacitava a vigiá-los e a assegurar melhor a cooperação deles. Os clãs serviam a um propósito valioso, no autogoverno local, mas eles retardaram grandemente o crescimento de nações grandes e fortes.

## **5. O ALVORECER DO GOVERNO**

Toda instituição humana teve um começo, e o governo civil é um produto da evolução progressiva, exatamente como o matrimônio é, tanto quanto a indústria e a religião. Dos primeiros clãs e das tribos primitivas desenvolveram-se gradualmente as ordens sucessivas de governos humanos que surgiram e desapareceram, até chegar-se àquelas formas de regulamentação da ordem civil e social, que caracterizam a segunda terça parte do século vinte.

Com a formação gradual das unidades familiares, as fundações do governo foram estabelecidas na organização do clã, o agrupamento de famílias consangüíneas. O primeiro corpo real de governo foi *o conselho dos mais velhos*. Esse grupo regulamentador era composto dos anciões que se haviam distinguido de alguma maneira pela sua eficiência. Desde muito cedo, a sabedoria e a experiência foram apreciadas,

até mesmo pelo homem bárbaro; e seguiu-se uma longa idade de dominação dos mais velhos. Esse reinado, da oligarquia da idade, gradualmente evoluiu para a idéia patriarcal.

Nos primeiros conselhos de anciões residia o potencial de todas as funções governamentais: a executiva, a legislativa e a judiciária. Quando o conselho interpretava os costumes correntes, era uma corte judicial; quando estabelecia novos modos de uso social, era uma legislatura; à medida que fazia cumprir esses decretos e atos, era o executivo. O presidente do conselho era um dos antecessores, do chefe tribal, a surgir mais tarde.

Algumas tribos tinham conselhos de mulheres e, de tempos em tempos, muitas tribos tinham mulheres governantes. Algumas tribos dos homens vermelhos preservaram os ensinamentos de Onamonalonton, seguindo a regra unânime do “conselho dos sete”.

Foi difícil para a humanidade aprender que nem a paz, nem a guerra podem ser regidas por uma sociedade em debate. O “palavrório” primitivo raramente era útil. A raça aprendeu, muito cedo, que um exército comandado por um grupo de chefes de clãs não tinha a menor chance de vencer um exército forte, de um só comandante. A guerra tem sido sempre uma criadora de reis.

A princípio, os chefes guerreiros eram escolhidos apenas para o serviço militar, e eles renunciavam a uma parte da sua autoridade, durante os tempos de paz, quando os seus deveres eram de uma natureza mais social. Gradativamente, porém, eles começaram a transgredir os intervalos de paz, tendendo a continuar governando de uma guerra até a próxima. Muitas vezes, eles percebiam que uma guerra não demorava a seguir-se à outra. Esses primitivos senhores das guerras não eram amantes da paz.

Em tempos mais recentes, alguns chefes eram escolhidos por outros motivos, além dos serviços militares, sendo selecionados por causa de um físico excepcional ou por habilidades pessoais notáveis. Os homens vermelhos freqüentemente tinham dois grupos de chefes – os sachéns, ou os chefes na paz, e os chefes hereditários da guerra. Os governantes da paz eram também juízes e educadores.

Algumas comunidades primitivas eram governadas pelos xamãs, ou pajés, que freqüentemente atuavam como chefes. Um mesmo homem atuaria como sacerdote, médico e chefe executivo. Muito freqüentemente as insígnias reais haviam sido, originalmente, os símbolos ou emblemas das vestes sacerdotais.

E foi por meio desses passos que o setor executivo do governo gradualmente veio à existência. Os conselhos do clã e da tribo continuaram nas suas funções de consulta e como

predecessores dos setores legislativo e judiciário, que surgiriam mais tarde. Na África, hoje, todas essas formas primitivas de governo existem de fato entre as várias tribos.

## 6. O GOVERNO MONÁRQUICO

O governo efetivo do estado somente se estabeleceu com a adoção de um chefe com autoridade executiva plena. O homem julgou que o governo efetivo só poderia existir se ele conferisse poder a uma personalidade, e não pela adoção de uma idéia.

O poder soberano surgiu do conceito da autoridade ou da riqueza familiar. Quando um pequeno monarca patriarcal tornava-se efetivamente um rei, algumas vezes era chamado de “pai do seu povo”. Ulteriormente, pensava-se que os reis brotassem dos heróis. E mais tarde ainda, o poder tornou-se hereditário, devido à crença na origem divina dos reis.

A realeza hereditária evitou a anarquia, que anteriormente levava a uma grande devastação, entre a morte de um rei e a eleição do seu sucessor. A família tinha um chefe biológico; o clã, um líder escolhido naturalmente; a tribo e, depois, o estado, não tinham um líder natural, e isso foi mais uma razão para tornar

---

Pág. 790

---

hereditária a posição dos chefes-reis. A idéia das famílias reais e da aristocracia foi baseada também nas tradições da “posse de um nome” nos clãs.

A sucessão dos reis acabou por ser encarada como sobrenatural, julgava-se que o sangue real remontava aos tempos da assessoria materializada do Príncipe Caligástia. Assim, os reis tornaram-se personalidades-fetiches, e eram temidos de um modo incomum; uma forma especial de linguagem sendo adotada para uso na corte. Mesmo em épocas recentes, acreditava-se que o toque dos reis poderia curar doenças, e alguns povos de Urântia ainda consideram os seus governantes como tendo uma origem divina.

O rei-fetichismo de outrora não raro era mantido em reclusão; ele era encarado como sendo sagrado demais para ser visto, a não ser nos dias de festa e dias santos. Um representante era ordinariamente escolhido para personificá-lo, e essa foi a origem dos primeiros-ministros. O primeiro oficial do gabinete era um administrador da alimentação; outros, em breve, vieram. Os governantes logo apontaram representantes para encarregar-se do comércio e da religião; e o desenvolvimento de um gabinete foi um passo direto para a despersonalização da autoridade executiva. Esses assistentes dos primeiros reis tornaram-se a nobreza aceita, e a esposa do rei elevou-se gradualmente à dignidade de rainha, à medida que as mulheres adquiriram maior estima.

Os governantes inescrupulosos ganharam um grande poder, com a descoberta do veneno. A magia da corte primitiva era diabólica; os inimigos do rei morriam logo. Mas até mesmo o mais despótico tirano estava sujeito a algumas restrições; pelo menos ele era limitado pelo medo sempre presente de assassinato. Os curandeiros, os feiticeiros e os sacerdotes têm sido sempre um poderoso freio para os reis. Mais tarde, os proprietários de terras, considerados a aristocracia, exerceram uma influência restritiva. E, de tempos em tempos, os clãs e as tribos simplesmente se rebelavam e derrubavam os seus déspotas e tiranos. Aos governantes depostos, quando sentenciados à morte, era freqüentemente dada a opção de cometerem suicídio, o que deu origem à antiga moda social do suicídio em certas circunstâncias.

## **7. CLUBES PRIMITIVOS E SOCIEDADES SECRETAS**

A consangüinidade determinou os primeiros grupos sociais; os clãs de parentescos aumentaram por associação. Os casamentos intertribais foram o próximo passo para a amplificação dos grupos, e a tribo complexa resultante foi o primeiro verdadeiro corpo político. O próximo avanço, no desenvolvimento social, foi a evolução dos cultos religiosos e dos clubes políticos. Estes, inicialmente, surgiram como sociedades secretas e, originalmente, eram integralmente religiosos; posteriormente, eles tornaram-se reguladores. A princípio, eles eram clubes de homens; mais tarde, grupos femininos apareceram. E, em breve, eles dividiram-se em duas classes: a político-social e a místico-religiosa.

Havia muitas razões para que essas sociedades fossem secretas, tais como:

1. O medo de cair no desagrado dos governantes, por causa da violação de algum tabu.
2. A finalidade de praticarem ritos religiosos minoritários.
3. O propósito de preservar valiosos segredos do “espírito” ou do comércio.
4. O desfrute de algum talismã ou magia especial.

O fato em si, de serem secretas essas sociedades, conferia a todos os seus membros o poder do mistério sobre o resto da tribo. O que é secreto também tem o atrativo de alimentar a vaidade; os iniciados eram a aristocracia social da sua época. Depois da iniciação, os meninos caçavam com

os homens; enquanto antes eles colhiam plantas com as mulheres. E era a humilhação suprema, uma desgraça tribal, fracassar nas provas da puberdade e, assim, ser obrigado a

permanecer fora da morada dos homens, ficando com as mulheres e as crianças, e ser considerado afeminado. Além disso, aos não iniciados não era permitido casar.

Os povos primitivos ensinavam muito cedo aos seus adolescentes o controle sexual. Tornou-se costume levar os meninos para longe dos pais, desde a puberdade até o casamento; a educação e o aperfeiçoamento deles eram confiados às sociedades secretas dos homens. E uma das funções primordiais desses clubes era manter o controle dos jovens adolescentes, impedindo, assim, filhos ilegítimos.

A prostituição comercializada começou quando esses clubes de homens pagavam dinheiro pelo uso de mulheres de outras tribos. Contudo, os grupos mais antigos eram notavelmente isentos de licenciosidades sexuais.

A cerimônia de iniciação, na puberdade, em geral durava um período de cinco anos. Muita autotortura e incisões dolorosas faziam parte dessas cerimônias. A circuncisão foi praticada, inicialmente, como um rito de iniciação de uma dessas fraternidades secretas. As marcas tribais eram feitas no corpo como uma parte da iniciação da puberdade; a tatuagem teve a sua origem com essas insígnias de membro da sociedade. Essas torturas, junto com muita privação, tinham o intuito de endurecer esses jovens, de impressioná-los com a realidade da vida e das suas inevitáveis dificuldades. Esse propósito foi mais bem alcançado com os jogos atléticos e as disputas físicas que surgiram posteriormente.

No entanto, as sociedades secretas de fato visavam o aperfeiçoamento da moral do adolescente; um dos propósitos principais das cerimônias da puberdade era fazer os rapazes compreenderem que eles deviam deixar as mulheres dos outros homens em paz.

Seguindo esses anos de disciplina rigorosa e aperfeiçoamento, um pouco antes do casamento, os rapazes em geral eram liberados por um curto período de lazer e liberdade, depois do que voltavam para casar e aceitar toda uma vida de sujeição aos tabus tribais. E esse rito antigo continuou até os tempos modernos, sob a tola desculpa de uma despedida das “loucuras da juventude”.

Muitas tribos posteriores aprovaram a formação de clubes secretos femininos, e o propósito deles era preparar as adolescentes para serem esposas e para a maternidade. Depois da iniciação, as meninas tornavam-se aptas para o casamento e lhes era permitido comparecer à “festa das noivas”, a festa das debutantes daqueles dias. Os grupos femininos contra o casamento logo passaram a existir.

Em breve, os clubes não secretos apareceram, quando grupos de homens solteiros e de mulheres celibatárias formaram as suas organizações separadas. Essas associações realmente foram as primeiras escolas. E, conquanto os clubes de homens e de mulheres fossem freqüentemente dados a perseguir-se uns aos outros, algumas tribos avançadas,

depois do contato com os instrutores de Dalamátia, experimentaram a educação mista, tendo escolas para ambos os sexos.

As sociedades secretas contribuíram para a instauração das castas sociais, principalmente por causa do caráter misterioso das suas iniciações. Os membros dessas sociedades usavam máscaras, inicialmente, para afastar os curiosos dos seus rituais de luto – o culto dos ancestrais. Mais tarde, esse ritual transformou-se em pseudo-sessões espíritas, nas quais, segundo se dizia, apareciam fantasmas. As antigas sociedades de “renascimento” usavam emblemas e empregavam uma linguagem secreta especial; e também renegavam certas comidas e bebidas. Atuavam como uma polícia noturna e, assim funcionavam em uma ampla gama de atividades sociais.

---

Pág. 792

---

Todas as associações secretas impunham um juramento, o guardar do silêncio, e ensinavam a guardar os segredos. Essas ordens impressionavam e controlavam as multidões; e também atuavam como sociedades de vigilância, praticando, assim, a lei do linchamento. Elas foram os primeiros espíões, quando as tribos estavam em guerra, e a primeira polícia secreta, durante os tempos de paz. E, melhor ainda, mantinham os reis inescrupulosos em estado de insegurança. Para contrabalançar, os reis criaram a sua própria milícia secreta.

Essas sociedades deram nascimento aos primeiros partidos políticos. O primeiro governo partidário foi “o forte” versus “o fraco”. Nos tempos antigos, uma mudança na administração só ocorria depois de uma guerra civil, dando, assim, prova abundante de que os fracos se haviam transformado em fortes.

Esses clubes eram utilizados pelos mercadores para cobrar os seus débitos, e pelos governantes, para coletar os impostos. A tributação tem sido uma longa luta, uma das suas primeiras formas foi o dízimo, um décimo da caçada, ou dos espólios. As taxas, originalmente, eram cobradas para manter a casa do rei, mas concluiu-se que eram mais fáceis de ser coletadas se disfarçadas em oferendas para sustentar o serviço do templo.

Pouco a pouco, essas associações secretas transformaram-se nas primeiras organizações de caridade e, posteriormente, nas primeiras sociedades religiosas – as precursoras das igrejas. Finalmente, algumas dessas sociedades tornaram-se intertribais, formando as primeiras fraternidades internacionais.

## **8. AS CLASSES SOCIAIS**

A desigualdade mental e física dos seres humanos assegura o aparecimento de classes sociais. Os únicos mundos sem substratos sociais são os mais primitivos e os mais

avançados. Na aurora de uma civilização, a diferenciação de níveis sociais ainda não começou, ao passo que um mundo estabelecido em luz e vida já apagou grandemente essas divisões da humanidade, que são tão características de todos os estágios evolucionários intermediários.

À medida que a sociedade emergiu da selvageria para a barbárie, os seus componentes humanos tenderam a tornar-se agrupados em classes, pelas seguintes razões gerais:

1. *Razões naturais* – o contato, o parentesco e o casamento; as primeiras distinções sociais foram baseadas no sexo, na idade e no sangue – o parentesco com o chefe.

2. *Razões pessoais* – o reconhecimento da capacidade, da resistência, da habilidade e da firmeza; logo seguido pelo reconhecimento do domínio da linguagem, do conhecimento e da inteligência geral.

3. *Razões de oportunidade* – a guerra e a imigração resultaram na separação dos grupos humanos. A evolução das classes foi poderosamente influenciada pelas conquistas, a relação do vitorioso com o vencido, enquanto a escravidão trouxe a primeira divisão geral da sociedade, em livres e cativos.

4. *Razões econômicas* – os ricos e os pobres. A riqueza e a posse de escravos foi uma base genética para uma classe da sociedade.

5. *Razões geográficas* – as classes formaram-se em consequência do estabelecimento das populações nas regiões urbanas ou rurais. A cidade e o campo, respectivamente, contribuíram para a diferenciação do pastor-agricultor e do comerciante-industrial, com os seus pontos de vista e reações divergentes.

6. *Razões sociais* – as classes formaram-se gradativamente de acordo com o apreço popular do valor social dos diferentes grupos. Entre as primeiras divisões dessa espécie, estavam as demarcações entre os sacerdotes-professores, os governantes-guerreiros, os capitalistas-comerciantes,

---

Pág. 793

---

os trabalhadores comuns e os escravos. O escravo não podia jamais se transformar em um capitalista, embora algumas vezes o assalariado pudesse optar por juntar-se ao setor capitalista.

7. *Razões vocacionais* – como as vocações multiplicavam-se, elas tendiam a estabelecer castas e agremiações. Os trabalhadores dividiam-se em três grupos: as classes profissionais,

incluindo os curandeiros, depois os trabalhadores qualificados, seguidos dos trabalhadores sem habilitação.

8. *Razões religiosas* – os primeiros clubes de cultos produziram as suas próprias classes, dentro dos clãs e das tribos, e a piedade e o misticismo dos sacerdotes há muito perpetuaram-nos como um grupo social separado.

9. *Razões raciais* – a presença de duas ou mais raças, dentro de uma certa nação, ou unidade territorial, resulta nas castas pelas cores. O sistema de castas original, na Índia, era baseado na cor, como também o era no Egito mais antigo.

10. *Razões de idade* – a juventude e a maturidade. Entre as tribos, o menino permanecia sob o cuidado do seu pai, enquanto o pai estava vivo; ao passo que a menina era colocada sob os cuidados da sua mãe, até que se casasse.

As classes sociais flexíveis e mutáveis são indispensáveis a uma civilização em evolução, mas, quando a *classe* transforma-se na *casta*, quando os níveis sociais petrificam-se, o aumento da estabilidade social tem como preço uma diminuição da iniciativa pessoal. A casta social resolve o problema de posicionar um indivíduo nas atividades econômicas, mas também restringe consideravelmente o desenvolvimento individual e impede, virtualmente, a cooperação social.

As classes, na sociedade, tendo sido formadas naturalmente, perdurarão até que o homem gradualmente realize a sua obliteração evolucionária, por intermédio de uma manipulação inteligente dos recursos biológicos, intelectuais e espirituais de uma civilização em progresso, tais como:

1. A renovação biológica das linhagens raciais – a eliminação seletiva das linhagens humanas inferiores. Isso tenderá a erradicar muitas inadequações dentre os mortais.
2. O aperfeiçoamento educativo da capacidade cerebral aumentada, que surgirá desses aperfeiçoamentos biológicos.
3. A estimulação religiosa dos sentimentos de afinidade e de irmandade mortal.

Todavia, essas medidas podem dar os seus verdadeiros frutos apenas em milênios no futuro distante, embora muito aperfeiçoamento social resulte imediatamente da manipulação inteligente, sábia e *paciente* desses fatores de aceleração do progresso cultural. A religião é uma poderosa alavanca que tira a civilização do caos, mas ela é impotente, se separada do ponto de apoio que é a mente normal e sadia que se baseia na segurança de uma hereditariedade sadia e normal.

## **9. DIREITOS HUMANOS**

A natureza não confere direitos ao homem, apenas a vida; e o mundo no qual se vive. A natureza não confere nem mesmo o direito de viver, como poderia ser deduzido ao considerar-se o que provavelmente aconteceria se um homem desarmado se visse frente a um tigre faminto numa floresta primitiva. A primeira dádiva da sociedade ao homem é a segurança.

Gradualmente, a sociedade afirmou os seus direitos e, na época presente, eles são:

1. A certeza do suprimento de alimentos.
2. A defesa militar – a segurança, por meio da prontidão.
3. A preservação da paz interna – o impedimento da violência pessoal e da desordem social.

---

Pág. 794

---

4. O controle sexual – o casamento, a instituição da família.
5. A propriedade – o direito de possuir.
6. O fomento à competição individual e grupal.
7. A provisão de meios para educar e capacitar a juventude.
8. A promoção do intercâmbio e do comércio – o desenvolvimento econômico.
9. O aperfeiçoamento das condições de trabalho e da sua remuneração.
10. A garantia da liberdade de práticas religiosas, com o fito de que todas as outras atividades sociais possam ser exaltadas, tornando-se motivadas espiritualmente.

Quando os direitos são mais antigos do que qualquer conhecimento da sua origem, eles, muitas vezes, são chamados de *direitos naturais*. Contudo, os direitos humanos não são realmente naturais; eles são inteiramente sociais. Eles são relativos e estão sempre mudando, nada mais sendo do que regras de um jogo – os ajustes reconhecidos nas relações que governam os fenômenos sempre mutáveis da competição humana.

O que pode ser considerado como certo, em uma idade, pode não ser visto assim, em uma outra. A sobrevivência de grandes números de deficientes e de degenerados não é devida a qualquer direito natural que tenha sido assim incumbido à civilização do século vinte, mas é que a sociedade dessa época e os costumes simplesmente decretaram-no desse modo.

Poucos direitos humanos foram reconhecidos na Idade Média européia; e, então, todo homem pertencia a algum outro, e os direitos eram nada mais do que privilégios concedidos pelo estado ou pela igreja. E a revolta contra esse erro foi igualmente errônea, por haver levado à crença de que todos os homens nascem iguais.

Os fracos e os inferiores têm sempre lutado por direitos iguais; eles têm sempre insistido em que o estado deve obrigar o forte e o superior a suprir as suas necessidades e também a compensá-los pelas deficiências que muito freqüentemente são o resultado natural da sua própria indiferença e indolência.

Esse ideal de igualdade, porém, é fruto da civilização; não é encontrado na natureza. Mesmo a cultura, por si própria, demonstra conclusivamente a inerente desigualdade dos homens, pela própria capacidade cultural desigual deles. A realização súbita e não evolucionária da suposta igualdade natural levaria o homem civilizado rapidamente de volta aos hábitos rudes das idades primitivas. A sociedade não pode oferecer direitos iguais a todos, mas pode prometer administrar os direitos variáveis dos indivíduos com equanimidade e justiça. É assunto e dever da sociedade prover, ao filho da natureza, uma oportunidade justa e pacífica de buscar a automanutenção, de participar da autopropetuação e, ao mesmo tempo, de desfrutar, em alguma medida, da autogratificação; e a soma de todas essas três constitui a felicidade humana.

## 10. A EVOLUÇÃO DA JUSTIÇA

A justiça natural é uma teoria do homem; não é uma realidade. Na natureza, a justiça é puramente teórica, totalmente fictícia. A natureza provê apenas uma espécie de justiça – a da conformidade inevitável entre os resultados e as causas.

A justiça, como concebida pelo homem, significa obter os próprios direitos e tem sido, por isso, uma questão de evolução progressiva. O conceito de justiça pode muito bem ser uma parte constituinte de uma mente dotada com espírito, mas esse conceito não vem à existência, na sua plenitude, nos mundos do espaço.

O homem primitivo atribuía todos os fenômenos a uma pessoa. Em caso de morte, o selvagem perguntava, não *o que* o matou, mas *quem* o matou. O assassinato acidental, portanto, não era reconhecido e, na punição do crime, o motivo do criminoso

era totalmente desconsiderado; o julgamento era feito de acordo com o dano causado.

Nas sociedades mais primitivas, a opinião pública agia diretamente; não eram necessários oficiais da lei. Não havia privacidade na vida primitiva. Os vizinhos de um homem eram responsáveis pela sua conduta; e daí advinha o direito deles de intrometerem-se nos assuntos pessoais uns dos outros. A sociedade era regulada pela teoria de que o grupo do qual se era membro deveria ter um interesse no comportamento de cada indivíduo e que, em uma certa medida, devia controlá-lo.

Muito cedo se acreditou que os fantasmas administravam a justiça por intermédio dos curandeiros e dos sacerdotes; e isso levou essas ordens a constituírem-se nos primeiros detetives de crimes e oficiais da lei. Os seus primeiros métodos de descobrir sobre os crimes consistiram em conduzir testes com veneno, fogo e dor. Esses testes selvagens nada mais eram do que técnicas rudes para arbitrar; eles não decidiam necessariamente sobre uma disputa com justiça. Por exemplo: quando o veneno era administrado, se o acusado vomitava, ele era inocente.

O Antigo Testamento registra uma dessas provas, um teste de culpa conjugal. Se um homem suspeitava que a sua esposa estava sendo infiel a ele, ele levava-a ao sacerdote e declarava as suas suspeitas, depois do que o sacerdote preparava uma bebida que consistia em água benta e sujeira do chão do templo. Após a cerimônia devida, que incluía maldições ameaçadoras, a esposa acusada era obrigada a beber a poção asquerosa. Se ela fosse culpada, “a água que causa a maldição entraria nela e se tornaria amarga, e o seu ventre se inflamaria, e as suas coxas apodreceriam, e a mulher seria execrada pelo seu próprio povo”. Se, por acaso, uma mulher pudesse engolir essa bebida imunda sem demonstrar sintomas de doença física, ela era absolvida das acusações feitas pelo seu marido ciumento.

Esses métodos atrozes de detectar um crime eram praticados por quase todas as tribos em evolução, em uma época ou outra. Os duelos são resquícios modernos do julgamento por provas.

Não é de se espantar que os hebreus e outras tribos semicivilizadas praticassem essas técnicas primitivas, para ministrar a justiça, há três mil anos; mas é bastante surpreendente que homens de pensamento, posteriormente, tenham inserido esses vestígios de barbarismo nas páginas de uma coleção de escrituras sagradas. O pensamento reflexivo deveria deixar claro que nenhum ser divino jamais deu ao homem mortal tais instruções injustas, a respeito de como descobrir e julgar, nos casos de suspeita de infidelidade conjugal.

Muito cedo, a sociedade adotou a atitude de compensação por retaliação: olho por olho, uma vida por outra vida. As tribos em evolução, todas, reconheceram esse direito de vingança de sangue. A vingança tornou-se uma meta na vida primitiva, mas a religião, desde então, tem modificado bastante essas práticas tribais primitivas. Os instrutores da religião revelada sempre proclamaram: “‘A vingança é minha’, diz o Senhor”. Matar por vingança, nos tempos primitivos, não era de todo diferente dos assassinatos atuais, feitos sob uma pretensa lei não escrita.

O suicídio era um modo comum de retaliação. Se alguém não era capaz de vingar a si próprio, em vida, ele morria alimentando a crença de que retornaria como um fantasma e exerceria a ira sobre o seu inimigo. E, posto que essa crença fosse bastante geral, uma ameaça de suicídio, na porta do inimigo era, via de regra, suficiente para trazê-lo a bons termos. O homem primitivo não era muito apegado à vida; o suicídio, por causa de insignificâncias, era comum; mas os ensinamentos dos dalamatianos em muito reduziram esse costume, ao passo que, em tempos mais recentes, o lazer, o conforto, a religião e a filosofia uniram-se para tornar

---

Pág. 796

---

a vida mais doce e mais desejável. As greves de fome são, contudo, a forma moderna análoga desse método antigo de retaliação.

Uma das expressões mais antigas de progresso na lei tribal era a de assumir a vingança de sangue como sendo uma questão da tribo inteira. Entretanto, é estranho relatar que, mesmo então, um homem podia matar a sua esposa sem sofrer punição, desde que houvesse pagado integralmente por ela. Os esquimós de hoje, contudo, ainda deixam a penalidade de um crime, ainda que seja o de um assassinato, para a família vitimada decidir e ministrar a punição.

Um outro avanço foi a imposição de multas pela violação dos tabus, a instituição de penalidades. Essas multas foram a primeira renda pública. A prática de se pagar “o dinheiro do sangue” também esteve em moda, como uma substituta da vingança sangrenta. Os danos correspondentes eram pagos, em geral, com mulheres ou com o gado; demorou muito tempo para que as multas de fato, as compensações monetárias, passassem a ser a punição de um crime. E, desde que a idéia da punição era essencialmente a de compensação, tudo, inclusive a vida humana, finalmente veio a ter um preço que poderia vir a ser pago por danos causados a ela. Os hebreus foram os primeiros a abolir a prática de pagar com dinheiro o resgate pela vida. Moisés ensinou que eles não deviam “pagar resgate pela vida de um assassino, que é culpado de morte; certamente ele deverá ser posto para morrer”.

A justiça foi exercida assim, primeiro pela família, depois pelo clã, e mais tarde pela tribo. A administração da verdadeira justiça começou ao se retirar a vingança das mãos dos grupos privados e familiares, entregando-a nas mãos do grupo social, o estado.

A punição de queimar a pessoa viva foi, no passado, uma prática comum, reconhecida por muitos governantes antigos, inclusive Hamurabi e Moisés; este último determinou que muitos criminosos, particularmente aqueles cujos crimes eram de natureza sexual grave, fossem punidos, amarrados a um poste e queimados. Se “a filha de um sacerdote”, ou outra

cidadã de proeminência, se voltasse para a prostituição pública, o costume hebreu era “queimá-la com fogo”.

A traição – “a venda” ou a traição de um companheiro de tribo – foi o primeiro crime capital. O roubo de gado era universalmente punido com a morte sumária e, mesmo recentemente, o roubo de cavalos tem sido punido de modo semelhante. No entanto, com o passar do tempo, aprendeu-se que a punição do crime tinha um valor mais restrigente pela certeza e rapidez, do que pela sua severidade.

Quando a sociedade deixa de punir os crimes, o ressentimento grupal, em geral, afirma-se pela lei do linchamento; o estabelecimento de santuários foi um meio de escapar a essa súbita raiva grupal. O linchamento e o duelo representam a falta de disposição do indivíduo em deixar para o estado a reparação ao dano privado.

## 11. LEIS E CORTES

É tão difícil fazer distinções nítidas entre costumes e leis, quanto precisar exatamente quando, ao amanhecer, a noite é sucedida pelo dia. Os costumes são leis e regras policiais em gestação. Quando estabelecidos há muito tempo, os costumes indefinidos tendem a cristalizar-se em leis precisas, em regulamentações concretas e em convenções sociais bem definidas.

A lei é, a princípio, sempre negativa e proibitiva; nas civilizações em avanço, ela torna-se cada vez mais positiva e diretiva. A sociedade primitiva operava de forma negativa, concedia ao indivíduo o direito de viver pela imposição a todos os outros do mandamento: “vós não matareis”. Toda a concessão de direitos ou de liberdade a um indivíduo envolve a restrição das liberdades de todos os outros indivíduos, e isso é efetuado pelo tabu, a lei primitiva. Toda a idéia do tabu é inerentemente negativa, pois a sociedade

---

Pág. 797

---

primitiva era totalmente negativa, na sua organização, e a administração primitiva da justiça consistia na obediência aos tabus. Originalmente, porém, essas leis aplicavam-se apenas aos companheiros da tribo, como é mais recentemente ilustrado pelos hebreus, que tinham um código diferente de ética para lidar com os gentios.

O juramento teve origem na época de Dalmátia, em um esforço de tornar os testemunhos mais confiáveis. Esses juramentos consistiam em pronunciar uma praga sobre si próprio. Anteriormente nenhum indivíduo testemunharia contra o seu próprio grupo nativo.

O crime era um assalto aos costumes da tribo, o pecado era a transgressão dos tabus, que tinham a sanção dos espíritos; e havia uma grande confusão decorrente da incapacidade de distinguir entre o crime e o pecado.

O interesse próprio estabeleceu o tabu contra o assassinato; a sociedade santificou-o como um costume tradicional, enquanto a religião consagrou o costume como uma lei moral e, assim, todos os três se uniram para tornar a vida humana mais segura e sagrada. A sociedade não teria conseguido manter-se unida durante os tempos primitivos, caso os direitos não tivessem tido a aprovação da religião; a superstição tinha a força do policiamento moral e social nas longas idades evolucionárias. Os antigos, todos, pretendiam que as suas antigas leis e os tabus tivessem sido dados aos seus ancestrais pelos deuses.

A lei é um registro codificado de uma longa experiência humana, a opinião pública cristalizou-a e legalizou-a. Os costumes foram a matéria-prima da experiência acumulada, a partir da qual as mentes governantes posteriores formularam as leis escritas. O juiz antigo não tinha leis. Quando tomava uma decisão, ele simplesmente dizia: “é o costume”.

A referência a precedentes, nas decisões das cortes, representa um empenho dos juízes em adaptar as leis escritas às condições mutáveis da sociedade. Isso proporcionou uma adaptação progressiva às condições sociais que se alteram, conjugada à influência moral provinda da continuidade tradicional.

As disputas de propriedades foram tratadas de muitos modos, tais como:

1. Pela destruição da propriedade disputada.
2. Pela força – as partes em litígio decidiam por meio do combate.
3. Por arbitragem – uma terceira parte decidia.
4. Por apelo aos mais velhos – e, mais tarde, às cortes.

As primeiras cortes eram como que confrontos regrados entre pugilistas; os juízes eram árbitros, meramente. Eles cuidavam para que a luta fosse travada de acordo com as regras aprovadas. Numa corte, ao entrar em um combate, cada parte fazia um depósito, com o juiz, para poder pagar as custas e a multa, depois que um deles tivesse sido derrotado. “A força ainda era o direito.” Posteriormente, os argumentos verbais substituíram os golpes físicos.

Toda a idéia da justiça primitiva não era tanto a de ser justo, era mais a de propor a disputa e assim impedir a desordem pública e a violência particular. Todavia, os homens primitivos não se ressentiam muito daquilo que agora seria considerado uma injustiça; era admitido àqueles que tinham o poder, que o usassem egoisticamente. Contudo, o status de qualquer

civilização pode ser determinado, com bastante precisão, pela eficácia e equidade das suas cortes e pela integridade dos seus juizes.

## 12. A DEMARCAÇÃO DA AUTORIDADE CIVIL

A grande luta, na evolução do governo, tem sido contra a concentração do poder. Os administradores do universo têm aprendido, da experiência, que os povos evolucionários, nos mundos habitados, são mais bem regulamentados pelo

---

Pág. 798

---

tipo representativo de governo civil, quando é mantido, então, por meio de uma coordenação eficaz do equilíbrio adequado de poder, entre o executivo, o legislativo e o judiciário.

Se bem que a autoridade primitiva tenha sido baseada na força, no poder físico, o governo ideal é o sistema representativo em que a liderança é baseada na capacidade; mas, naqueles dias de barbarismo, havia guerras demais para permitir que o governo representativo funcionasse efetivamente. Na longa luta, entre a divisão da autoridade e a unidade de comando, ganhava o ditador. Os poderes primitivos e difusos dos primeiros conselhos dos mais velhos eram gradualmente concentrados na pessoa do monarca absoluto. Depois, com o advento dos reis de fato, os grupos dos mais velhos persistiram como corpos de assessoria quase legislativo-judiciários; mais tarde, vieram as legislaturas com status de coordenação, e finalmente as cortes supremas de julgamento foram estabelecidas, separadamente das legislaturas.

O rei era o executor dos costumes, da lei original ou da lei não escrita. Mais tarde, ele impôs os atos legislativos, levando à cristalização da opinião pública. Uma assembléia popular, como expressão da opinião pública, se bem que haja demorado a aparecer, marcou um grande avanço social.

Os reis primitivos eram bastante limitados pelos costumes – pela tradição ou pela opinião pública. Nos tempos recentes, algumas nações de Urântia codificaram esses costumes, em uma base documentada, para governar.

Os mortais de Urântia têm direito à liberdade; eles deveriam criar os seus sistemas de governo; deveriam adotar as suas constituições ou outras cartas de autoridade civil e de procedimento administrativo. E, tendo feito isso, eles deveriam selecionar os seus companheiros, os mais competentes e dignos, como chefes executivos. Para representantes no poder legislativo, deveriam eleger apenas aqueles que, intelectual e moralmente, fossem qualificados para arcar com essas responsabilidades sagradas. Como juizes dos seus

tribunais mais altos e supremos, deveriam ser escolhidos apenas aqueles que fossem dotados de capacidade natural e que se tornaram sábios por meio de ampla experiência.

Se os homens quiserem manter a sua liberdade depois de haver escolhido a sua carta de direitos, eles devem providenciar a sua interpretação sábia, inteligente e destemida, com o fito de que sejam impedidos:

1. A usurpação injustificada do poder, seja pelo ramo executivo, seja pelo legislativo.
2. As maquinações de agitadores ignorantes e supersticiosos.
3. O retardamento do progresso científico.
4. O impasse gerado pelo predomínio da mediocridade.
5. O predomínio de minorias viciosas.
6. O controle por pretensos ditadores ambiciosos e espertos.
7. As desagregações desastrosas do pânico.
8. A exploração dos inescrupulosos.
9. A escravização do cidadão ao governo, por meio de impostos.
10. As falhas da justiça social e econômica.
11. A união da igreja e do estado.
12. A perda da liberdade pessoal.

São esses os propósitos e metas dos tribunais constitucionais, atuando como governadores sobre as máquinas do governo representativo, em um mundo evolucionário.

A luta da humanidade para aperfeiçoar o governo em Urântia tem a ver com o perfeccionamento dos canais da administração, com a adaptação que se faz deles às sempre mutáveis necessidades do momento, com o aperfeiçoamento da distribuição do poder dentro do governo e, então, com a seleção de líderes administrativos realmente sábios. Conquanto exista uma forma de governo divina e ideal, ela não pode vir por meio da

revelação, deve ser, portanto, lenta e laboriosamente descoberta pelos homens e mulheres de cada planeta, em todos os universos do tempo e do espaço.

[Apresentado por um Melquisedeque de Nebadon.]